

A escuta de narrativas de violência doméstica em entrevistas de mediação familiar judicial

Maria de Lourdes Pereira ¹, Paulo Cortes Gago ²,
†Maria do Carmo Leite de Oliveira ³

Universidade Federal do Rio de Janeiro,
†Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

https://doi.org/10.21747/21833745/lanlaw/9_2a7

Abstract. *Telling their side of the story is a central practice for parties in mediation sessions. The way third parties, often said neutral and impartial, listen to these stories can have consequences within and beyond these interactions. In this paper, we examine narratives of violence produced in pre-mediation interviews. The case involves a divorced couple disputing the custody of their children. Drawing upon studies in talk-in-interaction and narrative, we analyzed, how the mediator deals with reports of domestic violence during the interaction and record her observations about these violent events on a report that will be read by the judge in the case. We aim to contribute to the understanding of listening by third parties in mediation. The results reveal the massive use of narrative accounts with implications for the custody decision. We observed also a lack of parity in the ways that the mediator listen and deals with the reports produced by each of party.*

Keywords: *legal family mediation; interviews; listening; narratives; talk-in-interaction.*

Resumo. *Uma prática central na mediação é o relato das partes sobre seu lado da história. A escuta dessas narrativas por uma terceira parte, dita neutra e imparcial, pode ter consequências durante e além da interação. Neste trabalho, examinamos um caso de narrativas de violência, produzidas em entrevistas de pré-mediação, realizadas, separadamente, com um ex-casal, num caso de disputa de guarda e tutela antecipada, requerido pelo pai. Analisamos, à luz dos estudos de fala-em-interação e da narrativa, como a mediadora lida com os relatos de violência doméstica durante a interação e no registro de suas observações relatadas ao juiz do caso. Objetivamos contribuir para o entendimento da escuta de terceiras partes na mediação. Os resultados revelam uso maciço de prestações de contas narrativas com implicações para o julgamento da guarda. Quanto à escuta da mediadora, observou-se a falta de paridade, no relatório, em termos do que tornou relevante na entrevista de cada disputante.*

Palavras-chave: *mediação familiar judicial; entrevistas; escuta; narrativas; fala-em-interação.*

Introdução

Em uma sociedade cada vez mais complexa, o aumento de casos de conflitos interpessoais tem promovido a busca de atividades técnicas de resolução de disputas por meio de mediações, judiciais ou extrajudiciais. Nesses encontros, uma terceira pessoa, dita neutra e imparcial, o mediador, tenta ajudar as partes a chegarem a uma possível solução de seus problemas. Uma prática central nessa atividade é o relato de cada parte sobre seu lado da história. A escuta do mediador nesse contexto é tão importante que há modelos de mediação, como a *mediação narrativa* (Cobb 1993), que se baseia na intervenção do mediador sobre esses relatos.

Outro locus privilegiado de escuta de narrativas⁴ é o de entrevistas com cada parte, antes das sessões conjuntas. Para Moore (1998), trata-se de um método de coleta de informação que possibilita ao mediador entender melhor a dinâmica do conflito e mapear os interesses individuais. É, nesse contexto, que propomos investigar a escuta pela mediadora de narrativas de violência doméstica, produzidas por um ex-casal, em um caso envolvendo pedido de guarda e tutela antecipada, requerido pelo pai, de dois filhos menores de idade, que viviam com a mãe. Os relatos não são versões diferentes de um mesmo fato, mas sim narrativas de diferentes episódios de violência doméstica, experienciadas, tanto pelo homem, quanto pela mulher.

O contexto dessas escuta é especialmente interessante porque, pela lei da mediação (Lei 13.140), na ocorrência de crime de ação pública, o mediador é orientado a interromper a atividade, quando sabedor da notícia de um crime. É um desafio, portanto, para a mediadora lidar com essas narrativas quando elas emergem. Outro traço peculiar dos dados é o seu contexto histórico. Na época em que os dados foram gerados (2008), a mediação judicial era incipiente no Brasil, logo alguns procedimentos diferem dos de hoje. A mediação não culminava com uma ata formal, mas sim com um relatório.

No caso em exame, o juiz que presidia a vara de família desses processos pediu à assistente social do fórum um estudo social do caso, devido à recorrência de litígio entre o ex-casal e, para um melhor embasamento de sua convicção em suas decisões futuras. A profissional, entusiasta e estudiosa da mediação, pediu ao juiz, então, permissão para aplicar a mediação ao caso, o que foi deferido. Comprometeu-se a entregar ao juiz, ao fim de três meses, um relatório com o registro de suas observações relativas a cada entrevista e de eventuais acordos alcançados, a serem ratificados em audiência de conciliação.

Partindo do princípio de que agimos pela linguagem, e à luz da abordagem teórico-metodológica da Análise da Conversa, pretendemos aqui contribuir para os estudos sobre a escuta da mediadora, de um modo geral e, especificamente, em casos de relato de violência doméstica. Para tanto, analisamos como essa escuta é realizada durante a interação e registrada no relatório enviado ao juiz. Em termos aplicados, pretendemos oferecer um melhor entendimento sobre a complexidade do processo de escuta e sua relação com os objetivos da mediação.

A seguir, apresentamos uma breve revisão da literatura sobre narrativa e sobre escuta ativa. Na sequência, introduzimos os pressupostos teóricos e metodológicos, os resultados de análise e as considerações finais.

Estudos de narrativa

Definir narrativa é um desafio, pois o termo abarca diferentes perspectivas de estudo (Ingraham 2015). As narrativas são consideradas um modo de pensar, uma forma de se entender o mundo, não inferior ao pensamento científico lógico-formal, e não apenas uma materialidade da linguagem (Bruner 1986). Neste trabalho, consideramos que “histórias contêm um incidente problemático central ou evento iniciador, seguido por várias ações e reações” (Stewart e Maxwell 2010: 29), e ocorrem no universo microsocial dos encontros sociais, em ambientes (presenciais ou virtuais), em que as pessoas estão fazendo uma atividade conjunta (Biar *et al.* 2021).

No campo da linguagem, estudos pioneiros são os de Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972). Por meio de entrevistas sociolinguísticas, foi solicitado aos entrevistados que contassem uma história de perigo vivenciada por eles. Analisando essas narrativas, os autores definiram a narrativa como uma técnica de relato de uma experiência passada de teor reportável, que tem um ponto, isto é, uma razão para ser contada, e uma estrutura, combinando uma sequência verbal de orações e uma sequência temporal de eventos.

Quando duas cláusulas ordenam-se temporalmente ocorre uma narrativa mínima. Em narrativas mais longas, foram identificados os seguintes elementos: resumo inicial (que sumariza o que vai ser contado); orientação (que contextualiza o evento); ação complicadora; avaliação (informação sobre a carga dramática ou o clima emocional da narrativa, usada para indicar o ponto); resolução; e a coda, um fecho de caráter avaliativo sobre os efeitos dos eventos no narrador, ou como acrescenta Linde (1993), como o mundo é ou, em seus aspectos morais, como deveria ser. Esse modelo é chamado de estruturalista.

Já a Análise da Conversa (AC) não objetiva analisar esses elementos específicos em uma narrativa, mas sim descrevê-la como um objeto sequencial, executado nos turnos de fala, em mais de uma elocução (Sacks 1992), como fruto do uso de métodos pelos participantes para criarem inteligibilidade uns para os outros do que fazem. A estrutura de uma narrativa é vista como contingente, localmente condicionada, na e pela interação, através do trabalho ativo dos interagentes. As narrativas são sensíveis ao contexto de produção e, sobretudo, veículos de ação (Sacks 1972, 1974; Jefferson 1978; Goodwin 1984).

No contexto institucional, a interação é moldada pelos objetivos das instituições e de seus participantes (Drew e Heritage 1992). Logo, as formas e funções da narrativa são sensíveis a cada contexto. Sell e Ostermann (2015), por exemplo, mostram como o mandato institucional do conselheiro tutelar, em entrevistas com crianças vítimas de abuso sexual, orienta as suas perguntas, de modo a extrair da criança respostas que ajudem a construir uma narrativa escrita do evento convincente para fins judiciais, e que possa ensejar medidas protetivas da criança e de punição ao culpado, revelando, assim seu envolvimento moral.

Stokoe (2010) analisa como homens presos, acusados de violência contra a mulher, negam as acusações em interrogatórios policiais. Um dos formatos é embutir a negação das acusações de violências em longas prestações de contas narrativas. A análise de dados não mostra sequencialmente como surgiram as narrativas, mas a autora argumenta que foram motivadas por perguntas dos policiais, em turnos anteriores. O estudo associa as narrativas ao trabalho de categorização de pertença na intersecção com questões de gênero.

No contexto específico da mediação, Stewart e Maxwell (2010: 32)⁵ mostram que os disputantes “apresentam sua identidade criada na melhor luz possível, e formulam a

identidade da outra parte, na pior luz possível”. Segundo Cobb (1993), os disputantes, nesse contexto, constroem teorias opostas de responsabilidade para os eventos ou atividades narrados⁶.

Uma materialidade da narrativa importante nos nossos dados são as prestações de contas narrativas, para Stewart e Maxwell (2010: 36), “semelhantes e às vezes intercambiáveis com narrativas”⁷ (2010: 36). Socialmente, prestamos contas aos outros por nossos comportamentos (Garfinkel 1967), através de descrições, explicações cotidianas ou auto-relatos sobre atividades cotidianas (Antaki 1988). Entendemos as prestações como ‘o uso da linguagem para construir interacionalmente significados preferidos para eventos problemáticos’⁸ (Buttny 1993: 21).

O ferramental conceitual-analítico reunido acima sobre narrativas e prestações de contas narrativas iluminarão nossa análise de dados, que terá como foco a perspectiva interacional. As diferentes perspectivas revisadas, se relevantes na análise, poderão ser integradas, conforme sua produtividade explicativa na análise de uma narrativa.

A escuta (ativa) na prática profissional

Analisamos aqui a escuta da mediadora de narrativas de violência doméstica nas entrevistas de pré-mediação. Na literatura de mediação, Azevedo (2016: 109), manual de referência na formação de mediadores judiciais, aborda as *habilidades de escuta* do mediador, listando-as em um formulário para acompanhamento das mediações por mediadores em treinamento e formadores de mediadores, na forma de perguntas de um check-list de verificação pós-mediação (pontos de interrogação adicionados):

“Não interrompeu? Esperou o relato completo da história? Concentrou-se? Escutou ativamente? Entendeu as questões? Identificou interesses e sentimentos? Formulou questões abertas? Reformulou asserções para identificação de preocupações subjacentes? Captou informação suficiente? Recontextualizou? Auxiliou cada uma das partes a ouvir a outra? Demonstrou paciência?”

As *habilidades* listadas são muito distintas, e envolvem diferentes processos: mentais (concentrar-se), cognitivos silenciosos (entender as questões, identificar interesses e sentimentos), de espera física e talvez de silêncio (esperar o relato completo sem interromper); ações verbais específicas (formular questões abertas, reformular asserções, recontextualizar), e menos específicas (auxiliar a ouvir). Na lista, menciona-se a escuta ativa, mas como ela se difere das outras ações verbais? Haveria formas de escuta menos ativas? Silêncio performa escuta? De que tipo?

A escuta *ativa*, entretanto, parece ser o que mais caracteriza a habilidade profissional do mediador de escutar. Azevedo (2016: 125) considera-a uma *técnica de gestão do conflito*, mencionando vários termos que materializam a escuta ativa: recontextualização, reenquadramento, escuta dinâmica, parafraseio, e reformulação com conotação positiva, sem maiores detalhes sobre as diferenças dos termos. Almeida (2014: 79-80) considera a escuta ativa uma *ferramenta da comunicação* da mediação, mais ainda, uma forma de “intervenção primordial nos diálogos colaborativos”. O termo é usado de forma muito similar a Azevedo (2016), e igualmente sem nenhuma definição formal. Quando trata de sua operacionalização, Almeida (2014: 90) apresenta as *perguntas* como forma de escuta ativa, sem entrar em detalhes de sua composição. Perguntas podem assumir diversos formatos (Stivers 2010) e com funções bem específicas no discurso institucional, em uma

sequência interacional (Ehrlich e Freed 2009). Os estudos de base linguístico-interacional podem ajudar a qualificar melhor esses termos da mediação ligados à escuta.

Como fenômeno interacional, a escuta ativa foi descrita na mediação através da prática de formulação, entendida como um método dos interagentes para explicitarem seu entendimento da fala do outro (em parte ou no todo), em um próximo turno de fala, não necessariamente o próximo, submetendo esse entendimento à confirmação do outro, que (des)confirmará essa nova versão, em uma estrutura de par adjacente. Basicamente, a formulação é feita através de três operações: deleção, inserção e transformação do conteúdo do que foi dito pelo outro (Ostermann e Silva 2009).

Stokoe e Sikveland (2016) mostraram como medidores de problemas de vizinhança na Grã-Bretanha ouvem as reclamações (narrativas) dos problemas dos disputantes, e em seguida efetuam resumos do problema, propondo preferencialmente que as duas partes estejam implicadas em um mesmo problema, com peso igual para os dois lados; na sequência, formulam uma pergunta a uma ou ambas as partes, focada na solução do problema. Os autores mostram que essa é uma forma sutil de os mediadores transformarem um problema em possibilidade de solução, sem arriscarem sua neutralidade.

Garcia (2019) investiga a atuação do mediador na escuta ativa das posições das partes na disputa, problematizando exatamente sua neutralidade, ao formulá-las. A autora apresenta dados de julgados especiais e mediações de divórcio, em três tipos de mediação (linear, narrativa e transformadora – ver Almeida *et al.* (2016)). Propõe haver incursões mais intrusivas do mediador na fala do outro, quando, por exemplo, ele imprime conotação positiva a uma fala que era negativa, apaga culpabilização e acusação, depreende valores não afirmados, expressa medo, crenças, objetivos etc. não ditos explicitamente, ou ainda propõe bases comuns de crença entre os disputantes. Para ela, essas formulações não são neutras, e podem afetar a autonomia dos disputantes.

A escuta do mediador é, pois, um trabalho complexo. Depreende-se que uma escuta ativa estará, necessariamente, ligada a operações na fala do outro, com maior ou menor grau de intrusão, o que acarretará em implicações para a neutralidade do mediador e autonomia dos mediandos. O lugar do silêncio como forma de escuta na mediação permanece uma questão ainda nebulosa.

A Análise da Conversa

A Análise da Conversa (doravante AC) é uma abordagem microssociológica teórico-metodológica surgida em meados da década de 60, nas aulas de Harvey Sacks na Universidade da Califórnia, Irvine (Sacks 1992), e sua posterior colaboração com Emanuel Schegloff e Gail Jefferson. Parte da ideia de que a interação social, e, por conseguinte, a vida cotidiana, constitui uma ordem local própria (Goffman 1983), o lócus de fabricação do tecido social, por muito tempo negligenciada nos estudos sociológicos (Goffman 1964).

A AC descreve as ações sociais realizadas pelos participantes em suas contribuições conversacionais na interação, tais como convidar, parabenizar, abrir uma audiência, etc., em dados do tipo naturalístico. Formalmente, examinamos as estruturas e práticas (verbais e não verbais), i.e. os métodos, que os interagentes utilizam para darem sentido a suas ações através das ferramentas fornecidas pela organização sequencial (Schegloff 2007).

Consideramos o turno de fala a unidade básica de trabalho (Sacks *et al.* 2003). Aqui, examinamos os turnos de fala na mediação, um tipo de fala denominada de institucional,

em que os participantes estão orientados para mandatos institucionais no cumprimento de suas tarefas (Drew e Heritage 1992).

A AC não parte de construtos teóricos *a priori*, mas sim considera em suas análises o modo como os participantes se orientam para uma dada ação, em transcrições detalhadas da fala-em-interação, o que pode ser descrito a partir da forma como uma ação é formada na interação, explorando os detalhes de seu formato (o desenho), e sua posição específica no fluxo das trocas conversacionais (sequencialidade) (Ferraz de Almeida 2019; Drew e Sidnell 2013; Levinson 2013). Assim, um turno de fala representa o entendimento do falante do que foi dito antes, e projeta expectativas para o próximo turno, em termos de próxima ação relevante. Essa relação expressa o que Heritage e Jefferson (1984) denomina de arquitetura da intersubjetividade.

Metodologia e Contexto de Pesquisa

Nosso corpus inclui gravações em áudio de entrevistas de pré-mediação, peças escritas de um processo judicial, e notas de campo de observação não-participante, gerados em vara de família do interior do Rio de Janeiro, em 2008. Eles integram o corpus de mediação do grupo de pesquisa Interações em Contexto Institucional, coordenado pelo segundo autor. A pesquisa possui aprovação por comitê de ética em pesquisa em seres humanos (CAAE 52663216.1.0005257, CEP-UFRJ). Adotamos o modelo Jefferson (2004) para a transcrição básica e de Hepburn (2004) para o tratamento do choro (ambos anexos). Todos os nomes usados são fictícios.

O caso de disputa de guarda dos filhos analisado é protagonizado por Arminda e Luan, 29 e 30 anos, respectivamente, à época um ex-casal, que viveu em união estável por quatorze anos, daí resultando dois filhos, Maria Gabriela (11 anos) e Vitor (5 anos). Quando das entrevistas de mediação, o casal estava separado há cerca de 2 anos, Vitor já morava com Luan, que era autor de duas ações na justiça contra Arminda, uma de guarda e posse da filha com pedido liminar de antecipação de tutela, e outra de regulamentação de visita da filha, que morava com a mãe, na casa da avó.

Além desses documentos, integram o processo judicial laudos periciais, um boletim de ocorrência, um relatório de estudo psicológico, e um relatório de estudo social. Os dois relatórios narram uso abusivo de álcool por Luan, culminando em episódios de violência física contra Arminda, e diversas separações e reconciliações do ex-casal. Usaremos aqui parte do relatório social que remete às entrevistas de pré-mediação.

A mediação foi levada a cabo em duas entrevistas de pré-mediação (uma com cada parte, separadamente), e cinco sessões conjuntas. Focamos aqui nas duas entrevistas de pré-mediação. É praxe o poder judiciário primeiro ouvir o requerente, e depois o requerido, porém, por dificuldades de agenda, a mediadora conversou primeiramente com Arminda, e depois com Luan.

Nossa busca nos dados deu-se por momentos, em que encontramos narrativas de violência, nas duas entrevistas. Chegamos a três longos segmentos analíticos, dos quais derivamos os seis excertos abaixo, como segue: os excertos 1, 2 e 3 advêm do segmento um, da entrevista com Arminda; na entrevista com Luan, extraímos da segunda segmentação os excertos 4 e 5; já o excerto 6 provém da terceira segmentação. Apresentamos as narrativas na ordem cronológica em que ocorreram: primeiro, as de Arminda, depois, as de Luan.

Analisamos também um pequeno extrato do relatório elaborado pela mediadora para o juiz, em que reporta suas observações sobre as entrevistas individuais. Partindo do princípio de que documentos são locus legítimos de construção de sentido, e não apenas de espelhamento de realidade (Drew 2006), vemos aqui a possibilidade de cruzamento entre o que analisamos na interação e a seleção feita pela mediadora por escrito ao juiz.

As narrativas de Arminda: “*e falou que ia botar fogo comigo dentro e as criança dentro*”

Os três excertos abaixo mostram narrativas de Arminda em torno de um episódio de violência vivido por ela, o de Luan “*botar fogo comigo dentro e as criança dentro*” (excerto 1), e seus desdobramentos imediatos: a ida ao conselho tutelar (excerto 2) e a busca de socorro na polícia (excerto 3). No conjunto, essas narrativas funcionam como uma grande prestação de contas de uma fala anterior sua - “*com certeza ele vai: negar tu:do.*” (não mostrada aqui), em resposta à proposta da mediadora de levar as queixas de Arminda sobre o comportamento de Luan no cuidado aos filhos à sessão conjunta com ele. Começamos com a narrativa do fogo (linha 1):

Excerto_1_2ªEPM_Armin_H_ narrativas_violência_doméstica

001 Arminda igual teve uma vez el- teve uma vez lá em casa,
002 (0.8) que ele:: (.) foi, (0.5) botou:- lá em casa
003 na:- (.) >tinha< até um- (.) tinha o qua:рто, (0.5)
004 o corredor, (0.8) aí tem o banheiro, uma cozinha.
005 (0.2) e uma varanda na frente.
006 (1.8)
007 Arminda aí ele foi, (.) botou Óleo, nas minhas coisa
008 >todinha.<
009 (0.2)
010 Arminda óleo diesel.
011 (0.8)
012 Arminda jogou óleo diesel >em tudo.<
013 (0.2)
014 Arminda na rou::pa, jogou em tudo?
015 (0.2)
016 Arminda depois abriu a botija de gás? (0.8) e falou que ia
017 botar fogo comigo dentro °e as criança dentro.°
018 (0.5)
019 Arminda e que ia acabar com nossa vida, também,=<duma vez.
020 (2.2)

Arminda entra no mundo da narrativa com a expressão - “igual”, anunciando primeiramente tempo e agente(orientação) na primeira elocução - “teve uma vez el-”, auto-interrompida e reformulada para tempo e espaço (com repetição do tempo) - “*teve uma vez teve uma vez lá em casa,*”; depois, introduz o agente (Luan), entre pausas - “(0.8) que ele:: (.)”; continua a descrever a ação, usando construção verbal que finaliza a elocução em curso, mas ainda não indica a ação principal - “foi,”; segue-se nova pausa, e Arminda continua a descrever a ação - “(0.5) botou:-” (linhas 1-2), auto-interrompida também. Esse formato de produção do turno de fala marca a ação como despreferida (Pomerantz 1984), no caso, delicada.

Arminda introduz um referente da narrativa - “>tinha< até um- (.) ” (um objeto? um cômodo da casa? linha 3), se autointerrompe, e narra o cenário maior em que se deu a narrativa, descrevendo a planta da casa, dos fundos para a frente - “tinha o quarto, (0.5) o corredor, (0.8) aí tem o banheiro, uma cozinha. (0.2) e uma varanda na frente.” (linhas 3-5). Por um lado, essa descrição calibra o domínio epistêmico da mediadora (Bristol e Rossano 2022), que desconhece a casa; por outro lado, empresta à narrativa maior dramaticidade, criando suspense. Pela descrição, depreende-se que somente havia uma entrada/saída da casa: “na frente”.

Após longa pausa (“(1.8)”, linha 4), Arminda prossegue a narrativa, com a expressão - “aí”, introduzindo as próximas ações de Luan - “aí ele foi, (.) botou Óleo, nas minhas coisa >todinha.< (0.2) óleo diesel. (0.8) jogou óleo diesel >em tudo.< (0.2) na rou::pa, jogou em tudo? (0.2)” (linhas 7-12). Ela utiliza a prática de reescalonamento (de Paula, 2022) duas vezes: do elemento de combustão - “botou Óleo,” reescalonado para “óleo diesel.”, implicando maior poder destrutivo; dos objetos atingidos, três vezes (re)formulados - “em tudo.< na rou::pa, jogou em tudo?”, atingindo extensão máxima - “em tudo?”. Arminda descreve, pois, a preparação por Luan de um cenário com alto poder de destruição.

A ação complicadora narra a ameaça verbal de Luan - “depois abriu a botija de gás? (...) e que ia acabar com nossa vida, também,=

Nessa parte da narrativa, fatos importantes são apresentados por Arminda, abrindo-se muitos momentos relevantes na interação para alguma ação verbal responsiva da mediadora, o que não ocorreu (note-se os silêncios nas linhas 9, 11, 13, 15 e 18). A ausência de reações verbais ao longo dessa sequência narrativa sugere que seu trabalho interacional, neste momento, é o de suprimir essas respostas, permanecendo em silêncio.

No próximo excerto, contíguo ao anterior, Arminda narra a busca de ajuda no conselho tutelar e sua conversa com o agente da instituição, como desdobramento imediato da cena com Luan (linha 21):

Excerto_2_2ªEPM_Armin_H_ narrativas_ violência_ doméstica

020 (2.2)
021 Arminda aí a mãe foi- nós foi lá no conselho tutelar,
022 (.)
023 Arminda conversamos com o ruan,
024 (0.5)
025 Arminda <né.
026 (.)
027 Arminda lá do conselho tutelar de bureal.
028 (.)
029 Helena †ãhã::.
030 (1.2)
031 Arminda aí ele falou comigo.=°assim.°
032 (0.2)
033 Arminda "minda,"
034 (.)
035 Arminda "eu não posso:: (0.2) >ir lá."
036 (.)
037 Arminda "né. porque aqui faz parte de outro coisa.=mas a
038 gente pode acionar o s- conselho tutelar de entre
039 rios,"
040 (0.8)
041 Arminda ai eu perguntei="mas o que que vai acontecer."
042 (0.2)
043 Arminda >>aí ele falou.<< (0.5) "eles vão pegar teu filho,"
044 (.)
045 Arminda que ele deixou meu filho, preso lá:,
046 (.)
047 Arminda °nessa° casa,
048 (0.2)
049 Arminda aí >ele falou<="vão pegar teu fi:lho, (0.2) e vai
050 levar pro abrigo."
051 (0.8)
052 Arminda "lá, em entre rios, e vai deixar lá até ele
053 resolver."
054 (0.8)
055 Arminda ai eu fiquei com medo,=°né°,
056 (.)
057 Arminda deles pegar meu filho e deixar ali,
058 (0.2)
059 Arminda °.hh .hhh° ((começa a chorar))
060 (3.0)
061 Arminda .HHH
062 (2.0)
063 Arminda .huhh ~eu não consigo,~ (.) (.huh) ~ficá longe
064 de:les.~ HUUU
065 (1.2)
066 Arminda .shih
067 (0.2)
068 Arminda .HH ((engole o choro))
069 (1.2)
070 Arminda .HHH ((engole o choro))
071 (0.2)

Após longa pausa (linha 20), Arminda narra a próxima ação nesse episódio e seus sujeitos, iniciada como- "aí a mãe foi-", mas substituída, em autorreparo no mesmo turno (Schegloff *et al.* 1977), por - "nós foi lá no conselho tutelá" (linha 46), indexalizando uma busca conjunta, com parente próximo, de ajuda em instituição ligada aos direitos de crianças e adolescentes, ou seja, para os filhos. A conversa com o agente institucional é narrada via discurso reportado - "aí ele falou comigo.=^oassim.^o (0.2) 'minda,' eu não posso:: (0.2) >ir lá." (linhas 31-35), com ele usando referência à pessoa (Sacks e Schegloff 1979) para referir-se a ela- "'minda,'" de forma abreviada, uma redução de seu primeiro nome, mostrando proximidade entre eles. Essas elocuições narram também a impossibilidade de ajuda, feita pelo agente com prestação de contas (jurisdicionais) - "'né. porque aqui faz parte de outro coisa.=", com oferta de ajuda alternativa - "mas a gente pode acionar o s-conselho tutelar de entre rios,"" (linhas 37-39).

Uma oferta de ajuda projetada estruturalmente como resposta aceitação ou recusa (Schegloff 2007). Ao invés disso, Arminda insere uma pergunta, voltada para as consequências da decisão - "ai eu perguntei='mas o que que vai acontecer.'" (linha 41). Como na cena anterior, esse recurso empresta à narrativa um caráter dramático, criando suspense. A resposta do agente é narrada sem rodeios - "'eles vão pegá teu filho,'" (linha 43), formulando a situação de ela ficar sem o filho. Nesse momento, Arminda fornece prestação de contas que pode explicar sua ida ao conselho tutelar - "que ele deixou meu filho, preso lá:, (.) nessa casa," (linhas 46 e 48), e, no aqui e agora com a mediadora, atribuir ao pai a ação de submeter o filho a riscos.

Arminda retoma a narrativa, elaborando mais detalhes das consequências para ela: o destino do filho - "'e vai levar pro abrigo.'" (linhas 50-51), a distância - "'lá, em entre rios,'" (linha 53), o tempo da permanência - "'e vai deixar lá até ele resolver.'" (linhas 53-54). Após isso, narra sua avaliação da situação - "ai eu fiquei com medo, =^oné^o, (.) deles pegar meu filho e deixar ali↓" (linhas 56 e 58), entrando na atividade de chorar nas linhas 60-71, que atinge maior intensidade, quando expõe seus sentimentos em relação aos filhos - ".huhh ~eu não consigo,~ (.) (.huh) ~ficá longe de:les.~ HUH" (linhas 64-82).

A narrativa de Arminda dramatiza, então, sua busca de ajuda institucional com parente próximo, seus sentimentos de mãe com a solução possível apresentada, e constrói a imagem de Luan promovendo risco aos filhos. Essa situação expressa o dilema moral (Williams 1965) de proteger os filhos ficando sem eles versus ficar com eles mantendo-os em risco com a presença do pai.

No excerto três, Arminda narra a busca de ajuda institucional na polícia da cidade, que participou do atendimento a ela (linha 1):

Excerto_3_2ªEPM_Armin_H_ narrativas_ violência_ doméstica

001 Arminda aí eu fui, aí a mãe chamô os policial de entre rios
002 também.
003 (0.5)
004 Arminda °os policial daqui, eu num me lembro, quem, o nome
005 deles.°
006 (0.8)
007 Arminda aí eles foi lá em casa,
008 (0.5)
009 Arminda aí conversô comigo,
010 (.)
011 Arminda conversou com luan >também?<
012 (1.2)
013 Arminda aí ele falou com o luan, ">se ela dá queixa de tu,
014 luan,< (0.5) dessa vez tu va- tu vai: se dá mal,"
015 (.)
016 Arminda falou com ele.
017 (0.8)
018 Arminda aí ele pegô >conversô comi:go, que tava com a
019 cabeça quen:te, que tinha acontecido muita coisa,<
020 aí ele começa ((>sabe:|<)) (.) falá um montão de
021 coisa,
022 (0.5)
023 Arminda que tava com a cabeça muito quen::te,
024 (0.2)
025 Arminda aí que fez isso, que não ia fazê ma::is,
026 (0.5)
027 Arminda aí depois ele acalmô.
028 (.)
029 Helena <e as crianças::.
030 (.)
031 Arminda aí as criança (.) >ficou em casa.<
032 (0.2)
033 Arminda aí depois eu fiquei em casa,=aí ele ajudou a limpar
034 as coi:sa.
035 (0.5)
036 Arminda aí depois ele limpô: as coisa, >falando que não ia
037 fazer isso mais,<=depois saiu:|
038 (0.5)
039 Arminda °foi embora.°
040 (2.2)
041 Arminda .hh aí ele: (.) ficô tranquilo também mais uns
042 tempo.
043 (2.5)
044 Arminda mas >é sempre assim.< °ele° sempre::, fica
045 assim.=>apronta, apronta:,< (.) e:, (2.2) °sempre
046 sai vitorioso.°
047 (2.5)
048 Arminda °sempre foi assim.°
049 (2.2)
050 Arminda só: que:m? (.) convive mesmo, os vizinhos, (0.8)
051 >mas ninguém quer dá as cara,< °entendeu.° ninguém
052 quer::-

Arminda narra como se deu a busca de ajuda - “aí eu fui, aí a mãe chamô os policial de entre rios também.” (linhas 1-2), ou seja, sua mãe foi o agente; o tipo de atendimento prestado (visita domiciliar) - “aí eles foi lá em casa,” (linha 7), e a forma como isso se deu (provavelmente esclarecimentos) - “aí conversou comigo,” (linha 9) - “conversou com luan >também?<” (linha 11), nessa ordem, primeiro vítima, depois agressor. Do ponto de vista jurídico, o fato em si já havia ocorrido, não cabendo mais prisão em flagrante, apenas orientação jurídica. A esse respeito, Arminda destaca, em fala reportada, a conversa dos policiais com Luan - “>se ela dá queixa de tu, luan,< (0.5) dessa vez tu va- tu vai: se dá mal,”” (linhas 13-14). Os policiais advertem Luan formulando uma hipótese - “se ” - e consequências negativas (genéricas) - “tu vai: se dá mal,”, usando advérbio de repetição - “dessa vez ” e referência à pessoa informal- “tu”. Talvez esse uso da voz da polícia como autoridade relate, também, indiretamente, suas esperanças de que a violência não se repita.

Arminda narra, então, o pedido de desculpas de Luan, após a saída dos policiais, feito em conversa - “aí ele pegô >conversô comi:go,”, explicando seu estado anterior usando argumento psicológico de excepcionalidade - “que tava com a cabeça muito quen::te,” com causas externas a ele - “tinha acontecido muita coisa,”. Em contraste com as elocuições anteriores, no passado, a próxima é narrada no presente do indicativo - “aí ele começa ((sabe↓)) (.) falou um montão de coisa,”, implicando prática habitual de Luan nessas situações, culminando em promessa - “que não ia fazê ma::is,” (linha 25). Arminda fecha a descrição avaliando o estado psicológico de Luan - - “aí depois ele acalmô..” (linha 27).

Até aqui, a mediadora manteve-se em silêncio, manifestando-se agora pela primeira vez, com uma pergunta - “<e as criança::” (linha 29), em formato que não usa verbo, portanto, não aponta uma direção de ação, apenas elege o tópico da conversa, ficando a cargo do respondente fazê-lo, no caso, Arminda opta pela descrição da localização física das crianças - “aí as criança (.) >ficôem casa.<” (linha 31).

Arminda descreve a volta à certa normalidade na vida doméstica, com Luan lidando (adjuvantemente) com os danos causados por ele - “aí depois eu fiquei em casa,=aí ele ajudou a limpar as coi:sa. ai depois ele limpou: as coisa,” (linhas 33-36). Relata sua renovação de promessa durante a tarefa instrumental - “>falando que não ia fazer isso mais,<” (linhas 36-37), e saída dele de cena - “=depois saiu↓” (linha 37), “foi embora.” (linha 39). Encerra, avaliando o estado psicológico de Luan numa faixa temporal - “.hh aí ele: (.) ficou tranquilo também mais uns tempo.” (linhas 41-42).

Arminda avalia, no tempo presente, os efeitos sobre ela - “mas >é sempre assim.< (...) e:, (2.2)°sempre sai vitorioso.”. (linha 45-46). O termo “vitorioso” evoca seu antônimo, derrota, que talvez expresse o sentimento de Arminda diante de sua relação com o ex-marido. A coda dessa narrativa - “°sempre foi assim.” (linhas 48) expressa sua descrença em mudanças, e explica a razão de ser dessas narrativas.

Essas narrativas mostram Arminda e Luan lidando com o acionamento institucional da polícia e seus efeitos, à época. Interacionalmente, Arminda usa a fala reportada e prestações de contas narrativas das ações de Luan; a mediadora acompanha, majoritariamente, em silêncio, realizando apenas uma pergunta, quando provavelmente entende que a narrativa do conflito tenha chegado ao final, marcado pela descrição do marido tendo se acalmado Seguem as narrativas na entrevista com Luan.

As narrativas de Luan- “*a senhora vê aquela morena, a senhora não sabe o que ela é, não.*”

Luan narra três episódios distintos de violência vividos por ele, apresentados em três excertos. O título da seção - “*a senhora vê aquela morena, a senhora não sabe o que ela é, não.*” refere-se à imagem negativa de Arminda construída por Luan (no excerto 6), trabalho realizado em todas as narrativas, seja nas de violências de Arminda com fogo (excerto 5), ou de violências da família de Arminda (excerto 4), originada abaixo na fala da mediadora (Figura 4, linha 1).

Em momento anterior (não mostrado aqui), Luan narrava ameaça de morte que recebeu da família de Arminda, e a reação de sua filha. A mediadora retoma o assunto, formulando o sentimento de sua filha com a defesa pessoal dele - “e além do mais o senhor di:ssse que: a marília gabriela fica preocupa:da, (.) com a defe:sa do senhor.” (linhas 1-3), o que indiretamente pode ser entendido como um pedido para que o interlocutor fale mais respeito do assunto. A ação responsiva de Luan consiste em prestar contas do sentimento da filha - “= ela qué me protegê de qualquer jeito” (linha 4.), em fala engatada (Schegloff 1998) à mediadora, construindo a imagem de alguém em risco e digno de esforço de proteção - “de qualquer jeito”, ou seja, como pai um querido.

Após micro-pausa, Luan insere um prefácio que projeta a expectativa de que uma história emocionante será contada - “portanto uma coisa que eu num- num vô esquecer nunca.” (linhas 6 e 7). Luan especifica a “coisa” inesquecível - “<que ela falô pra mim” (linha 9) <e o garoto também (linha 11). Ainda se localizando no presente, Luan oferece garantias de veracidade, baseada nos filhos - “pode perguntá a ele que:: (.) eles vão con↑tá” (linha 13).

Luan volta ao mundo narrativo e reporta a fala da filha, narrando a reação da garota à suposta ameaça de morte - “eles falaram< “se for matá meu pai, (0.2) vai ter que matá eu também.” (linhas 15 e 16), um ato heróico de um filho oferecendo a própria vida em salvação da do pai. Na sequência, Luan descreve o cenário dessa conversa com os filhos - “eles tavam dentro do carro, junto” (linhas 18 e 20), e tem início a ação corporificada do choro (linha 22). Voltando ao tempo presente, Luan realiza a coda, anunciando o fim da narrativa - “isso eu num vô- (0.2) (...) eu não vou esquecer disso” (linhas 24 e 25), enfatizada - “nunca↓” (linha 27).

Luan chora ainda e volta ao passado para avaliar o episódio, entre choros - “^{oo}.shih^{oo} ~ fiquei muito- fiquei muito triste,~ (...) que eles não vão fazer,” (linhas 29-32), e repete a avaliação - “mas eu fiquei muito triste com isso” (linha 34), reiniciando a coda - “eu não vô esquecê de:: (.) eu ouví meu filho falá isso comigo” (linha 36), que destaca o ato heróico do filho em defesa do pai.

Somente na linha 39 é que a mediadora se pronuncia, emitindo uma partícula mínima - “ãhãm,” (linha 39), que não reivindica mais do que reconhecer uma narrativa em andamento. Luan continua a narrativa, introduzindo a cena dramática do abraço dos filhos - “os dois: meabraçarem e:: (...) tentando me defender. (.)” (linhas 40-44).

Em sua narrativa, marcada pela dramaticidade, Luan projeta a identidade de bom pai, que desfruta do amor e da proteção incondicional dos filhos, em contraste à imagem violenta da família de Arminda. Embora o trabalho da mediadora pareça ser o de apenas ouvir a narrativa da parte em silêncio e eventualmente emitir partículas mínimas de recebimento, é sua intervenção no início do excerto que ocasiona a construção da narrativa.

Excerto_4_2ªEPM_Luan_H_narrativas_violência_doméstica

001 Helena = <e além do mais o senhor di:sse que: a marília
002 gabriela fica preocupa:da, (.) com a defe:sa do
003 senhor. =

004 Luan = ela quer me protegê de qualquer jeito.
005 (.)

006 Luan porta::ndo, (.) <portanto uma coisa que eu num- num
007 vô esquecê nunca!
008 (0.2)

009 Luan <que ela falô pra mim.
010 (.)

011 Luan <e o garoto também.
012 (.)

013 Luan <pode perguntar a ele que:: (.) eles vão con|tá.
014 (.)

015 Luan >eles falaram< "se for matá meu pai, (.) vai ter que
016 matá eu também."
017 (.)

018 Luan <e eles tavam dentro do carro.
019 (.)

020 Luan junto.
021 (.)

022 Luan ~isso eu num vô~~((começa a chorar))
023 (0.2)

024 Luan ~pode ter certeza que::~ ~ °°.shih°° >passá o tempo
025 da minha vida,< que eu não vou esquecer disso.~
026 (.)

027 Luan °nunca|°
028 (3.2)

029 Luan °°.shih°° ~fiquei muito:- fiquei muito triste,~
030 (.)

031 Luan >~eu cheguei a falar com eles que isso é mentira,
032 que eles não vão fazê::,~< .shih
033 (.)

034 Luan ~mas eu fiquei mui:to triste, com isso|~
035 (1.2)

036 Luan eu não vô esquecê de:: (.) eu ouvi meu filho falá
037 isso comigo.
038 (.)

039 Helena =°°†ãhãm.°°
040 os dois: (0.2) me abraçaram e:: >>falaram isso daí
041 comigo.<<
042 (2.2)

043 Luan (>pronto.<) aí falei com eles, "se eles ~fo::r (.)
044 te matá:,~ (0.8) >tem que matá eu também.<"
045 (0.5)

046 Luan eu falei "~poxa, meus~ fi(h)lh(h)os ((chorando)),
047 (0.5) tentando me defendê." (.)
048 (.)

049 Helena °°é:[::°°
050 Luan [<fiquei muito-
051 (0.2)

No excerto (Figura 5), Luan narra a conduta violenta de Arminda, acusando-a de violência patrimonial perpetrada por fogo. As narrativas surgem em resposta a uma pergunta da mediadora (linhas 1-2).

Dessa vez, a mediadora solicita diretamente prestação de contas sobre um tema específico da relação do ex-casal – “»por que quando vocês« (...) o senhor se afastou:” (linhas 1-2). Luan responde com fala engatada, com uma confirmação “isso.”, transformando a pergunta em afirmação, e adiciona a prestação de contas – “=>porque ela brigava comigo direto” (linha 3), responsabilizando Arminda. Em seguida, produz uma pequena prestação de contas narrativa – “=eu num:- ela já chegava na rua?<” “ela já vinha brigando.” (linhas 3, 4 e 6), categorizando Arminda como alguém que briga sem motivo.

Na sequência, Luan inicia referência a Arminda - “<ela- óh-” (linha 8), na posição de sujeito de alguma descrição, abandonada em prol de outra pequena narrativa - “as minhas coisa, (0.2) >ela queimou< tu:do.” (linhas 8-9); “tu:do, tudo.” (linha 11), usando formulação de caso extremo (Pomerantz 1986), construindo a imagem máxima de destruição patrimonial de seus bens pessoais, responsabilizando Arminda. A mediadora insere uma pergunta do tipo sim ou não – “em outra época?” (linha 13), propondo cronologia anterior à atual. Luan responde, nomeando um evento conjugal como referência de tempo – “antes, d- da gente se separar assim” (linha 15), sem indicar cronologia exata, e formula uma coda, que servirá para as narrativas a seguir, em que descreve Arminda como agente de diversas perdas patrimoniais que sofreu - “»quando tava acontecendo (isso com ela,<) >ela queimou minhas coisas tu:[do.< ” (linhas 15-17). Destacamos alguns elementos ilustrativos desse trabalho de construção de imagem e algumas ações da mediadora.

Neste momento, em sobreposição a Luan, a mediadora insere um continuador – “[ãhãm.” (linha 18), recebendo (minimamente) sua narrativa. Após uma pausa de 0,5 segundos, Luan começa a especificar algumas perdas sofridas: – “.hh minhas roupa↓” (linha 21); “os banco de carro do meu pai:” (linha 23), e formula uma justificativa que projeta sua identidade como alguém orientado para o bem estar da família - “>eu tinha comprado um carrinho velho,< »lá uma Brasília« pra gente,” (linhas 23-25). Luan expõe, em formato de conclusão, prejuízos financeiros – “fiquei sem carro e sem dinheiro. tudo,” (linha 31-32), novamente formulando de forma extrema suas descrições.

Em seguida, Luan usa fala reportada de Arminda, construindo a imagem de alguém que se vangloria publicamente do mal causado ao ex-marido – “»ela ainda botava fogo (...) queimei mermo.”” (linhas 33-35). Após a narrativa da perda patrimonial do - “aparelho de som de carro” (linha 38), que termina com uma descrição extrema de conduta violenta de Arminda – “ela queimô tudo↓” (linha 41), e após longa pausa (linha 42), a mediadora passa recibo de seu entendimento da narrativa – “(∞)enten[di.∞)” (linha 43), sem expandir sua fala.

Luan expande sua descrição, quantificando sua perda patrimonial – “tudo. dois mil (...) muito tempo,” e reitera a ação violenta - “ela queimou tudo,” (linhas 44-46). Nas linhas 47-48, a mediadora introduz pergunta mais específica sobre a cronologia – “[isso foi em que] ano? [senhor luan:.”. A resposta de Luan - [a a: isso já tem: bem (...) vai fazer três já que a gente tá separado.” (linhas 50-57) não atende ao formato pedido na pergunta (Raymond 2003) - o ano específico, deixando a resposta aberta a inferências.

Excerto_5_2ªEPM_Luan_H_narrativas_violência_doméstica

001 Helena >>por que quando vocês<< rompe:::ram a união de
002 vocês, (0.2) o senhor se afastou:::u.
003 Luan Isso.=>porque ela brigava comigo direto.=eu num:-
004 ela já chegava na rua?<
005 (.)
006 Luan ela já vinha brigando.
007 (.)
008 Luan <ela- óh- as minhas coisa, (0.2) °>ela queimou<
009 tu:do.°
010 (2.8)
011 Luan tu:do, tudo.
012 (.)
013 Helena em outra época,?
014 (0.8)
015 Luan antes, d- da gente se separar assim, >>quando tava
016 acontecendo(isso com ela,<<) >ela queimou minhas
017 coisas tu:[do.<
018 Helena [ãhãm.
019 (0.5)
020 Luan .hh ((inspiração provocada por reação
021 alérgica/gripe)) minhas roupa!
022 (3.0)
023 Luan os banco de carro do meu pai; eu tinha- >eu tinha
024 comprado um carrinho velho,< >>lá uma Brasília<< pra
025 gente,
026 (0.8)
027 Luan eu tive que vender, (.).hh ((inspiração provocada
028 por reação alérgica/gripe)) praticamente, (.).da-
029 dada=>>(pro cara que eu vendi pra ele me pagar)<<
030 >cem reais por mês, e até ontem ele não me pagou
031 nada,< e:: (0.2) °fiquei sem carro e sem dinheiro,°
032 tudo porque,- (.).>>ela ainda botava fogo, e ainda
033 chegava na rua com os colega, e ainda falava
034 assim,<<="nã:o, eu queimo mermo, >queimei mermo.<"
035 (0.5)
036 Luan e: (0.2) >eu tinha um aparelho de som de carro em
037 casa,< que eu fui comprando as- peça por peça, >>(eu
038 falava)<< (0.2) um sonho de um dia comprar um carro
039 pra gente:, (.). e montar um som,
040 (0.8)
041 Luan <ela queimou tudo!
042 (3.0)
043 Helena (°°enten[di.°°)
044 Luan [tudo. dois mil e quinhentos reais que eu
045 tinha de som (há/em) muito tempo, ela queimou tudo,
046 [(e só) ficou lá-]
047 Helena [isso foi em que] ano?
048 (.)
049 Helena [senhor luan:.
050 Luan [a a: isso já tem: bem: (0.8)° o quê?=já tem,° >vai
051 fazer uns três anos já:< que queimou tudo porque:
052 .hh ((inspiração provocada por reação
053 alérgica/gripe)) ela::- (0.2) foi antes da gente
054 separar ainda,=vai fazer três já que a gente tá
055 separado.
056 (0.8)
057 Luan aí::- (3.2) só tem lá a frente dos- do aparelho
058 ainda. (.). que a minha filha tirou,
059 (0.8)
060 Luan a frente. >os banco do carro do meu pai também,< que
061 as vezes eu saía pra trabalhar com roçade::ira, eu

062 deixava o banco do carro em casa, ia só: com um:
063 banco, (0.5) >pra eu botar as ferramentas,< as
064 máquina, tudo dentro.=>quando eu cheguei: tava tudo
065 queimado também,<=tinha queimado tudo.
066 (0.5)
067 Luan °eu tive que comprar outro banco, pra poder botar
068 no ca:rrro,°
069 (1.2)
070 Luan do meu pai,
071 (.)
072 Luan >>>eu não podia nem deixar o carro do meu pai, que
073 ela vinha cá,=ela queria queimar o carro do meu pai
074 també::m†<<<
075 (0.2)
076 Luan e minhas roupa, ela queimou tudo,
077 (.)
078 Luan o que eu tenho hoje,? (.) foi tudo o que eu fui
079 conquistando. <eu nem tenho nada direito ainda
080 assim.
081 (.)
082 Lua as roupa.
083 (.)
084 Luan eu nem tenho direito ainda,
085 (0.8)
086 Luan porque::, muito difícil.=eu não consegui, (.) (eu)
087 é: conquistá tudo.
088 (0.2)
089 Luan <mas o que eu tinha na casa queimou- o fogo foi tão
090 forte, (.) que chegou a arrancar o pi:so:.
091 (3.2)
092 Luan parece que: juntaram tudo,
093 (.)
094 Luan sei lá, eu sei que >quando eu cheguei lá,< (0.5) só
095 tinha uma alturinha assim de cinza:,
096 (1.5)
097 Luan °queimaram tudo.°

Destacamos ainda a construção de imagem feita por Luan de sua situação hoje- “o que eu tenho hoje,? (.) foi tudo o que eu fui conquistando. <eu nem tenho nada direito ainda assim. ” (linhas 78-80), em que se projeta como homem batalhador.

No próximo excerto (6), Luan descreve ações violentas de Arminda envolvendo risco de danos corporais. Momentos antes (não mostrados aqui), a mediadora perguntara a Luan se ele “já foi de briga”, o que ensejara uma narrativa de briga com os irmãos de Arminda. Nas linhas 1-5, a mediadora formulava seu entendimento dessa história.

Destacamos a categorização das brigas do casal pela mediadora como - “desentendimento”(linha 3), um termo menos pesado, confirmada por Luan - “[é,]” (linha 6). A mediadora, sobrepondo sua fala à dele, expande sua pergunta, reformulando-a com re-escalonamento - “[desentendi]mento assim com agressão físi[ca.]” (linhas 9-10), sem indicar agente e paciente. Luan confirma de forma enfática- “[é↓]” (linha 11), e de forma acelerada descreve o comportamento geral de Arminda em brigas, como protagonista de violência - “>pô:xa:., ela entra de faca em cima, a senhora não tem noção↓=ela parte pra cima.<” (linhas 11-13). Luan expande sua fala, continuando a construir a identidade de Arminda como uma pessoa cuja imagem pública e a conduta na vida íntima são inconsistentes - “>se a senhora vê aquela morena, a senhora ã sabe o que é n(h)ã(h)o↓.<” (linhas 15-16), e, conseqüentemente, construindo sua imagem como vítima de violência da ex-esposa. Essa fala é a coda para as narrativas anteriores e para a narrativa que ele irá construir nas próximas linhas.

Na linha 18, Luan descreve Arminda como pessoa capaz de violência física - “ela parte pra cima memo. qué batê:↑”. Na seqüência, insere uma micronarrativa de uma briga, reportando fala própria, construindo sua imagem como alguém controlado, que ainda tentava controlá-la em tal situação - “e eu segurava ela, arminda.< para com isso. (...) você também não pode me batê?,”” (linhas 19-21). Além disso, Luan apresenta-se como pessoa conhecedora e respeitadora das leis, e por implicatura, que não agiria com violência.

A mediadora permanece em silêncio em vários momentos (linhas 22, 24). Luan expande sua narrativa, reportando instrumentos de agressão usados por Arminda - “e era, faca, pau, qualquer coisa que ela achar.” (linha 25), construindo-a como descontrolada. Em engatamento de turno, a mediadora insere pergunta sobre a regularidade/intensidade dos episódios de violência - “=sempre: foi assim, se[uluan:.]” (linha 27), buscando entender o histórico de violência do casal. Luan, em sobreposição parcial, avaliava ainda sua narrativa - “[te:m que:] sair fora dela↓” (linha 28), categorizando Arminda como risco para ele, vítima dela.

A pergunta da mediadora, na linha 27, era do tipo sim/não, mas Luan foge desse formato, produzindo nova narrativa - a narrativa da tentativa de ataque à faca por Arminda - “>então ” (linhas 30-49), que se estende até o final do excerto, narrando Arminda como violenta - “ela começ- meteu: a faca, a faca, hh” (linhas 40-41). Dessa vez, ele se descreve como vítima de tentativa de homicídio, e entra aqui um novo personagem - sua filha, que o salva - “e a gabi que defendeu.< a gabi entrou no meio e eu corri,” (linhas 42-43). Essa narrativa se encerra com ele construindo sua saída de casa em decorrência da violência da ex-esposa - “>eu falei “ô gabi pode ficar (lá) que eu vou embora.”<”, o que implica a construção de sua identidade como pessoa pacífica, que evita brigas. Isso é seguido da descrição da ação efetiva correspondente - “aí eu corri dela e fui embora↓” (linha 43). A

Excerto_6_2ªEPM_Luan_H_narrativas_violência_doméstica

001 Helena [ah:, en]tendi,
002 eles quiseram bater no senhor por causa du:m
003 desentendimento [do]=
004 Luan [é.]
005 Helena =senhor com a dona ar[min]da.
006 Luan [é,]
007 (.)
008 Luan foi [até: perto-]
009 Helena [desentendi]mento assim com agressão
010 físi[ca.]
011 Luan [é,] >pô:xa,
012 ela entra de faca em cima>=a senhora não tem
013 noção,=ela parte pra cima,<
014 (.)
015 Luan >se a senhora vê aquela morena, a senhora não sabe
016 o que ela é (h)nã(h)o, meu, <
017 (0.5)
018 Luan ela parte pra cima mermo. quer bater:† .hh e eu
019 segurava ela>="arminda.< para com isso. para com
020 isso. cê num- (0.2) eu num tenho o direito de te
021 bater, você também não pode me bater?,"
022 (0.8)
023 Luan e tal,
024 (0.5)
025 Luan e era, faca, pau, qualquer coisa que ela achar. >ela
026 entra em cima da gente, <=
027 Helena =sempre: foi assim, se[u luan:.]
028 Luan [te:m que:] sair fora dela,
029 (0.8)
030 Luan >então=teve um di:a. que eu cheguei em c- da última
031 vez agora, >quando eu-< (.) >que abandonei< a casa
032 e saí: >(sabe)< >cheguei em casa achei ela com uma
033 toalha enrolada no pulso: assim ó:<
034 (1.2)
035 Luan um lençol,
036 (0.8)
037 Luan aí eu:. (1.0) >(dis- conferi†)<
038 (0.5)
039 Luan mas quando eu fui >pra perto dela assim,< era a faca
040 que tava na mão dela, ela começ- meteu: a faca, a
041 faca, hh >e a gabi que defendeu.< a gabi entrou no
042 meio e eu corri, >eu falei o gabi "pode ficar (lá)
043 que eu vou embora."< aí eu corri dela e fui embora,
044 (0.5)
045 Helena coitadinha da gabi, °né.°=
046 Luan =é. >aí eu peguei e fui embora. (aí deixei ela aí,)
047 falei a:, (eu vou: é) saí fora, (negócio de briga:)
048 isso aí não presta não.< aí peguei e saí fora.
049 deixei-

mediadora emite avaliação, afiliando-se, nesse momento, com a criança – “coitadinha da gabi, né.” (linha 45).

Na resolução da narrativa, Luan descreve sua saída da casa – “é. >aí eu peguei e fui embora.” (linha 42), como pessoa moralmente consciente, e a narrativa encerra-se com fala reportada de diálogo interno de avaliação da situação e desfecho – “(aí deixei ela aí,) (...) isso aí não presta não.<” ” (linhas 46-48), e cena final de sua saída – “ai peguei e saí fora. deixei”.

Nessa narrativa, Luan volta-se para construção da imagem de Arminda como agressora, e de sua autoimagem como vítima dela. A função da mediadora aqui é inserir perguntas sobre o comportamento violento do ex-casal, mostrar acompanhamento da narrativa, e, nesse caso, afiliar-se com a criança.

O relato da escuta ao juiz

Segue abaixo a parte do relatório da mediadora ao juiz, como desfecho do estudo social de caso (apagamos os nomes), que contém sua escuta das entrevistas individuais e incide sobre os dados de interação analisados aqui; evidentemente, o juiz baseou-se no relatório completo:

Entrevista com o requerente e a requerida

O sr [redacted], trinta anos, informou-nos ter sido companheiro da sra [redacted] por catorze anos, estando a três rompido o relacionamento. No início dos nossos contatos o requerente reorganizara sua vida afetiva com uma nova companheira e os filhos dela.

Inicialmente relatou-nos os **desentendimentos havidos no período da união** e que justificavam o afastamento. Ressaltou o seu descontentamento de estar afastado da filha [redacted], onze anos, e o seu desejo de educá-la também.

A sra [redacted], vinte e nove anos, entrevistada em separado, de sua parte, comentou sobre o uso contumaz de álcool do ex-companheiro e a conseqüente violência física, o que a fez decidir-se pelo rompimento do relacionamento que, segundo ela, já era entrecortado por idas e vindas.

Reputa o presente pedido ao fato de ela ter requerido o pensionamento alimentício dos filhos a cerca de nove meses, que nunca fora pago anteriormente.

No período das entrevistas iniciais, [redacted] vivia na companhia paterna e [redacted] na materna, na casa dos avós maternos. A mãe informou a sua preocupação de conviver com o pai agressivo.

A mediadora segue a ordem processual, relatando, primeiro, sua conversa com o requerente, Luan, embora tenha escutado, primeiro, Arminda. Não há menção explícita aos relatos dos episódios de violência vividos por ele. Seus relatos foram registrados como *desentendimentos* : “O Sr. Luan (...) inicialmente relatou-nos *os desentendimentos* havidos no período da união e que justificaram o afastamento.”, um termo genérico e mais brando, frequentemente utilizado pela mediadora para caracterizar os eventos violentos narrados por Luan (ver excerto 6 acima). Nesse sentido, o que é tornado relevante pa-

rece ser a razão para a separação e o afastamento do ex-marido. Quanto à conversa com a Arminda, a mediadora torna relevante a questão da violência, estabelecendo relação de causa e efeito sobre as ações do Luan: “A sra. Arminda (...) comentou sobre o uso contumaz de álcool do ex-companheiro e a consequente violência física, (...)”. A mediadora inclui ainda outra informação: “A mãe [Arminda] informou sua preocupação de [nome do filho] conviver com *o pai agressivo*.” Considerando-se que o caso envolve questão de guarda, diferenças de relato podem ter implicações para o julgamento.

Discussão final

Dada a centralidade da narrativa em atividades de mediação, propusemo-nos examinar a forma e função dessas narrativas no contexto de entrevistas de pré-mediação e a escuta da mediadora na interação e no relatório que registra suas observações das entrevistas, para embasamento da convicção do juiz em suas decisões futuras.

Embora ambos disputantes relatassem a violência doméstica sofrida, houve variação quanto à forma da narrativa. Na primeiro exemplo, Arminda narra uma ameaça de violência, predominantemente, psicológica. O cenário que abre a narrativa é de terror, no qual Luan colocaria fogo em sua casa e na própria família. A narrativa da ida ao Conselho Tutelar mostra Arminda como mãe que não abre mão dos filhos e, por esse motivo, aprisionada pelo agressor. A narrativa da conversa com os policiais ratifica essa condição de mulher prisioneira, fadada a conviver com um agressor incorrigível e livre de punição. O relato também é marcado por expressões de choro, especialmente em momentos em que a maternidade é tornada categoria relevante.

Diferentemente de Arminda, Luan constrói narrativas curtas de violência doméstica patrimonial das quais é vítima. Embora o narrador atribua a alguns bens valor simbólico que transcende a perda financeira, ele apresenta-se emocionalmente mais distante dos fatos narrados. Além disso, em seus relatos, Luan não se apresenta nem como vítima nem como prisioneiro da agressora. Sua saída de casa representa a liberdade de interromper o ciclo da violência. Apesar das variações na forma de narrar, ambos disputantes responsabilizam o outro pela violência, o que pode fornecer evidências com consequências para o julgamento da guarda dos filhos.

Sobre a escuta da mediadora, observamos também algumas diferenças na escuta das narrativas de Arminda e de Luan. Nas de Arminda, talvez por serem narrativas longas, a mediadora manteve-se, de um modo geral, em silêncio. A ausência de material em vídeo das entrevistas nos impede de verificar se a escuta ativa deu-se por alguma ação corporificada, como gestos com a cabeça ou com as mãos. Considerando-se apenas o áudio, o silêncio da mediadora sugere a exibição de uma postura de terceira parte neutra e imparcial.

Nas narrativas de Luan, vimos uma escuta mais ativa, com intervenções que variavam entre a emissão de partículas mínimas de recebimento e a construção de pedidos de informação, mas nem por isso menos neutra ou imparcial. Os pedidos de informação feitos a Luan tinham por objetivo ajudar-lhe a colocar em ordem os fatos, conhecer as razões para determinadas ações, enfim, entender melhor o que estava sendo relatado.

No processo de escuta de narrativas de violência doméstica no contexto de entrevistas pré-mediação, o trabalho da mediadora parece consistir em: não se alinhar nem se afiliar interacionalmente com as descrições contidas nas narrativas de cada uma das partes, e

topicalizar elementos julgados relevantes, mas até então ausentes na narrativa até aquele determinado momento.

Já no registro da escuta por escrito no relatório, observou-se que não houve paridade, no que se refere aos casos de violência relatados pelas partes. Nas observações sobre a entrevista de Arminda, são tornados relevantes o alcoolismo do ex-marido e a violência doméstica. No caso de Luan, apenas a causa da violência: desentendimentos. Não cabe aqui levantar hipóteses sobre o que levou a essa diferenciação, mas é impossível não nos deixar de perguntar sobre as consequências dessa seletividade nas eventuais decisões tomadas pelo juiz posteriormente.

Em termos aplicados, descrevemos a escuta ativa como atividade processual, desenvolvida nos turnos de fala, interacionalmente. Esse tipo de estudo pode ajudar a desenvolver metacôsciência sobre: o processo de escuta na mediação e os filtros que podem orientá-la, os desafios de alinhá-la ao mandato institucional da mediadora, a problemática do silêncio e seus significados na interação. Por fim, as transcrições podem servir de base para a formação profissional continuada.

Notes

¹Esta pesquisa é apoiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Pereira (2022) relata outra pesquisa, com foco distinto, dos dados usados aqui.

²Esta pesquisa é apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq - 317339/2021-4).

³Esta pesquisa é apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq - 305428/2021-7), e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ - E -26/010.000114/26 APQI).

⁴Ao longo do artigo, preferimos o termo narrativas para não haver a contação de histórias ou estórias inventadas.

⁵“present their created identity in the best, and their formulation of the other party’s identity in the worst, possible light”.

⁶Ver Cobb (1993) para discussão dos elementos da narrativa na mediação, muito similares aos clássicos.

⁷“similar to, and sometimes interchangeable with, narratives”.

⁸“the use of language to interactionally construct preferred meanings for problematic events”.

Acknowledgements

Agradecemos aos pareceristas e editores por seus comentários generosos, que ajudaram a melhorar a pesquisa. Somos responsáveis, entretanto, por quaisquer problemas remanescentes.

Referências

- Almeida, T. (2014). *Caixa de ferramentas em mediação: aportes práticos e teóricos*. São Paulo: Dash.
- Almeida, T., S., e Jonathan, E. (2016). *Mediação de Conflitos: para iniciantes, praticantes e docentes*. Salvador, Bahia: JusPODIVM.
- C. Antaki, Org. (1988). *Analyzing Everyday Explanation: A Casebook of Methods*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Azevedo, A. (2016). *Manual de Mediação Judicial*. Brasília: Conselho Nacional de Justiça.
- Biar, L., Oton, N. e Bastos, L. (2021). A pesquisa brasileira em análise de narrativa em tempos de “pós-verdade”. *Lingagem em discurso*, 20(2), 231–251.

- Bristol, R. e Rossano, F. (2022). Remediation of infelicitous epistemic stance. *Journal of Pragmatics*, 199, 60–71.
- Bruner, J. (1986). *Actual minds, possible worlds*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Buttny, R. (1993). *Social Accountability in Communication*. London: Sage.
- Cobb, S. (1993). Empowerment and mediation: a narrative perspective.
- Drew, P. (2006). *When documents 'speak': Documents, Language and Interaction*. London: Sage.
- Drew, P. e Heritage, J. (1992). *Introduction. Talk at work: Interaction in institutional settings*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Drew, P. e Sidnell, (2013). *Turn design*. Oxford, UK: Wiley-blackwell.
- Ehrlich, S. e Freed, A. (2009). *The Function of Questions in Institutional Discourse*. London: Oxford University Press.p.
- Ferraz de Almeida, (2019). Linhas de inquirição: extraindo informações prejudiciais em entrevistas policiais investigativas com suspeitos na Inglaterra. *Language and Law / Linguagem e Direito*, 6(2), 43–64.
- Garcia, A. (2019). *How Mediation Works: Resolving Conflict Through Talk (Studies in Interactional Sociolinguistics)*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Garfinkel, H. (1967). *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Goffman, E. (1964). The neglected situation. *American Anthropologist*, 66(6 , pt.2), 133–136.
- Goffman, E. (1983). The interaction order: American sociological association, 1982 presidential address. *American Sociological Review*, 48(1), 1–17.
- Goodwin, C. (1984). *Notes on story structure and the organization of participation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hepburn, A. (2004). Crying: Notes on description, transcription, and interaction. *Research on Language and Social Interaction*, 37(3), 251–290.
- Heritage, J. e Jefferson, G. (1984). Garfinkel and ethnomethodology. In J. Schenkein, Org., *Studies in the Organization of Conversational Interaction*. Cambridge: Polity Press, 219–248.
- Ingraham, C. (2015). Narrative. In K. W. TRACY e Sons, Orgs., *The International Encyclopedia of Language and Social Interaction*. John Wiley Sons, 1–6.
- Jefferson, G. (1978). Sequential aspects of storytelling in conversation. In J. Schenkein, Org., *Studies in the Organization of Conversational Interaction*. New York: Academic Press, 219–48.
- Jefferson, G. (2004). Glossary of transcript symbols with an introduction. In G. Lerner, Org., *Conversation Analysis: Studies from the first generation*. Amsterdam: John Benjamins, 13 – 31.
- Labov, W. (1972). *Language in the inner city: Studies in the Black English Vernacular*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Labov, W. e Waletzky, J. (1967). Narrative analysis: Oral versions of personal experience. In J. Helm, Org., *Essays on the Verbal and Visual Arts*. Seattle: University of Washington Press, 12–44.
- Levinson, S. (2013). *Action formation and ascription*. Oxford, UK: Wiley Blackwell.
- Linde, C. (1993). *Life stories: the creation of coherence*. New York, Oxford: Oxford University Press.
- Moore, C. (1998). *O processo da mediação: estratégias práticas para resolução de conflitos*. Porto Alegre: Editora Artmed.

- Ostermann, A. e Silva, C. (2009). A formulação em consultas médicas: para além da compreensão mútua entre os interagentes. *Calidoscópico*, 7(2), 97–111.
- Pomerantz, A. (1984). Agreeing and disagreeing with assessments: some features of preferred/dispreferred turn shapes. In J. Atkinson e J. Heritage, Orgs., *Structures of Social Action*. Cambridge University Press, 57–101.
- Pomerantz, A. (1986). Extreme case formulations: A way of legitimizing claims. *Human Studies*, 9(2 - 3), 219–229.
- Raymond, G. (2003). Grammar and social organization: Yes/no interrogatives and the structure of responding. *American Sociological Review*, 68(6), 939–967.
- Sacks, H. (1972). On the analyzability of stories by children. In J. Gumperz e D. Hymes, Orgs., *Directions in Sociolinguistics: The Ethnography of Communication*. New York: Holt, Reinhart and Wilson, 325–345.
- Sacks, H. (1974). An analysis of the course of a joke's telling in conversation. In R. Bauman e J. Sherzer, Orgs., *Explorations in the Ethnography of Speaking*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sacks, H. (1992). *Lectures on conversation*. Oxford: Blackwell.
- Sacks, H. e Schegloff, E. (1979). Two preferences in the organization of reference to persons in conversation and their interaction. In G. Psathas, Org., *Everyday Language: Studies in Ethnomethodology*. New York: Irvington, 15–21.
- Sacks, H., Schegloff, E. e Jefferson, G. (2003). Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. *Veredas-Revista de Estudos Linguísticos*, 7(1 e 2), 9–73.
- Schegloff, E. (1998). Reflections on studying prosody in talk-in-interaction. *Language and Speech*, 41(3 - 4), 235–263.
- Schegloff, E. (2007). *Sequence organization: A primer in conversation analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Schegloff, E., Jefferson, G. e Sacks, H. (1977). The preference for self-correction in the organization of repair in conversation. *Language*, 53(2), 361–382.
- Sell, M. e Ostermann, A. (2015). A construção da significação da experiência do abuso sexual infantil através da narrativa: uma perspectiva interacional. *Delta*, 31(2), 307–332.
- Stewart, K. e Maxwell, M. (2010). *Storied Conflict Talk: Narrative Construction in Mediation*. Amsterdam: John Benjamins.
- Stivers, T. (2010). An overview of the question response system in american english conversation. *Journal of Pragmatics*, 42(10), 2772 – 2781.
- Stokoe, E. (2010). 'I'm not gonna hit a lady': Conversation analysis, membership categorization and men's denials of violence towards women. *Discourse Society*, 21(2), 59–82.
- Stokoe, E. e Sikveland, R. (2016). Formulating solutions in mediation. *Journal of Pragmatics*, 105, 101–113.
- Williams, B. (1965). Ethical consistency. *Proceedings of the Aristotelian Society*, 7, 103–124.